

DENISE BESSA OLIVEIRA

**O MERCADO DE TRABALHO DO JOVEM NA RMS:
UMA COMPARAÇÃO ENTRE AUTÔNOMOS E
ASSALARIADOS COM CARTEIRA ASSINADA**

SALVADOR

2002

DENISE BESSA OLIVEIRA

**O MERCADO DE TRABALHO DO JOVEM NA RMS:
UMA COMPARAÇÃO ENTRE AUTÔNOMOS E
ASSALARIADOS COM CARTEIRA ASSINADA**

**Monografia apresentada no curso de
Graduação de Ciências Econômicas da
Universidade Federal da Bahia como
requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas.**

Orientador: Prof. Dr. Wilson Ferreira Menezes

SALVADOR

2002

DENISE BESSA OLIVEIRA

**O MERCADO DE TRABALHO DO JOVEM NA RMS:
UMA COMPARAÇÃO ENTRE AUTÔNOMOS E
ASSALARIADOS COM CARTEIRA ASSINADA**

Aprovada em outubro de 2002

Orientador

Prof. Dr. Wilson Ferreira Menezes
Faculdade de Ciências Econômicas

Prof. Dr. Antônio Plínio Pires de Moura
Faculdade de Ciências Econômicas

Prof. Dr. Paulo Antônio de F. Balanço
Faculdade de Ciências Econômicas

Dedicatória

Dedico este trabalho a meus pais,
que foram fundamentais à sua
realização e participam de tudo na
minha vida.

AGRADECIMENTOS

Com o intuito de evidenciar quanto foram importantes neste processo, agradeço àqueles que muito colaboraram para a realização e elaboração desta Monografia,.

Em especial:

- ◆ A Deus;
- ◆ À minha família, em especial a meus pais que foram fundamentais em todo o processo.
- ◆ Aos amigos, em especial Adroaldo Pardal Garcia e Humberto Magalhães Paulo.
- ◆ Aos meus professores que me orientaram e foram essenciais à minha formação, em especial ao professor Wilson F. Menezes.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo estudar o mercado de trabalho do jovem na RMS. Para tanto, nos limitaremos a estudar a inserção ocupacional do jovem, tecendo uma comparação entre os autônomos e os assalariados com carteira de trabalho assinada, tentando, com isso, caracterizar um importante segmento dos mercados informal e formal de trabalho. A principal diferença entre esses grupos é o fato dos assalariados com carteira assinada serem protegidos por leis trabalhistas, que os favorecem com FGTS, seguro desemprego e outros benefícios. A comparação será desenvolvida através de inferência estatística, retirada de dados da Base PED, sobre: rendimento, escolaridade, sexo, cor, faixa etária, ocupação e posição familiar.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	6
1 INTRODUÇÃO	8
2 INFORMALIDADE X FORMALIDADE	11
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A INFORMALIDADE	11
2.2 DIFERENÇAS ENTRE O MERCADO DE TRABALHO FORMAL E O INFORMAL	14
2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMALIDADE	17
2.4 O MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA	19
2.5 ASPECTOS DO MERCADO DE TRABALHO NA RMS	21
2.6 PONDERAÇÕES A CERCA DOS AUTÔNOMOS E DOS ASSALARIADOS COM CARTEIRA ASSINADA	24
3 O MERCADO DE TRABALHO DO JOVEM NA RMS	27
3.1 SITUAÇÃO OCUPACIONAL DOS JOVENS NA RMS	27
3.2 AVALIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO NA RMS	30
3.3 ESCOLARIDADE DO JOVEM OCUPADO NA RMS	33
3.4 ESCOLARIDADE DO JOVEM DESEMPREGADO NA RMS	35
3.5 FORMAS DE SOBREVIVÊNCIA DO JOVEM DESEMPREGADO NA RMS	36
3.5.1 Formas de Sobrevivência do Jovem Segundo o Sexo	37
3.5.2 Formas de Sobrevivência do Jovem Segundo a Cor	40
3.5.3 Formas de Sobrevivência do Jovem Segundo a Instrução	43
3.5.4 Formas de Sobrevivência do Jovem por Meio Trabalho Irregular	47
3.6 Posição na Ocupação dos Jovens na RMS	49
4 CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Situação ocupacional do jovem na RMS	23
TABELA 2	Condição dos jovens no mercado de trabalho por experiência anterior – Média mensal	28
TABELA 3	Condição dos jovens no mercado de trabalho por sexo	29
TABELA 4	Condição dos jovens no mercado de trabalho por cor	30
TABELA 5	Distribuição dos jovens ocupados por instrução	31
TABELA 6	Taxas de participação e de inatividade do jovem por sexo	32
TABELA 7	Taxas de participação e de inatividade do jovem por cor	32
TABELA 8	Escolaridade dos jovens nos ocupados por sexo	33
TABELA 9	Escolaridade dos jovens ocupados por cor	34
TABELA 10	Escolaridade dos jovens desempregados por sexo	35
TABELA 11	Escolaridade dos jovens desempregados por cor	36
TABELA 12	Formas de sobrevivência do jovem - Sexo por meio ajuda de parente	37
TABELA 13	Formas de sobrevivência do jovem - Sexo por meio outro familiar trabalha	38
TABELA 14	Formas de sobrevivência do jovem - Sexo por meio FGTS	38
TABELA 15	Formas de sobrevivência do jovem - Sexo por meio seguro desemprego	39
TABELA 16	Formas de sobrevivência do jovem - Sexo por meio aposentadoria, pensão	40
TABELA 17	Formas de sobrevivência do jovem - Cor por meio ajuda de parente	40
TABELA 18	Formas de sobrevivência do jovem - Cor por meio outro familiar trabalha	41
TABELA 19	Formas de sobrevivência do jovem - Cor por meio FGTS	42
TABELA 20	Formas de sobrevivência do jovem - Cor por meio seguro desemprego	42
TABELA 21	Formas de sobrevivência do jovem - Cor por meio aposentadoria, pensão	43

TABELA 22	Formas de sobrevivência do jovem - Instrução por meio ajuda de parente	44
TABELA 23	Formas de sobrevivência do jovem - Instrução por meio outro familiar trabalha	44
TABELA 24	Formas de sobrevivência do jovem - Instrução por meio FGTS	45
TABELA 25	Formas de sobrevivência do jovem - Instrução por meio seguro desemprego	46
TABELA 26	Formas de sobrevivência do jovem - Instrução por meio aposentadoria, pensão	47
TABELA 27	Sobrevivência do jovem - Sexo por meio trabalho irregular	48
TABELA 28	Formas de sobrevivência do jovem - Cor por meio trabalho irregular	48
TABELA 29	Formas de sobrevivência do jovem - Instrução por meio trabalho irregular	49
TABELA 30	Posição na ocupação dos jovens na RMS	50
TABELA 31	Posição na ocupação dos jovens na RMS por tipo	51

1 INTRODUÇÃO

Muito tem se falado sobre a informalidade econômica, o que induz a acreditar que esta seja um fenômeno localizado, da última década, e do qual, se conhece o suficiente. Na verdade, este fenômeno é complexo o bastante para gerar uma série de controvérsias teóricas e conceituais, de forma que a sua definição varia a partir da ótica em que é focalizado. Do ponto de vista fiscal, por exemplo, compreende a sonegação; do ponto de vista do trabalhador, a precarização do trabalho, esta se refere à ausência dos direitos instituídos na legislação trabalhista, e do ponto de vista do empregador, a incapacidade da reprodução do trabalho.

Segundo BRAGA; FERNANDES (1999, p. 27), verifica-se que:

“alguns autores acreditam que o trabalho informal e precário é típico das economias capitalistas subdesenvolvidas ou em desenvolvimento. Outros consideram como uma alternativa de sobrevivência importante num sistema altamente excludente presente mesmo nas economias mais desenvolvidas.”

Não obstante a complexidade da informalidade, é possível correlacioná-la com outras variáveis econômicas que interferem com maior ou menor intensidade na sua existência. Tais como: as produções sazonais, o êxodo rural, o desemprego, além de outros fatores macroeconômicos como a recessão, que advém de fatores externos, como exemplo disso a crise da Ásia, que atingiu vários países.

O emprego informal assegura a subsistência das famílias, que por não terem acesso ao emprego formal recorrem àquele para se manterem. Embora, existam trabalhadores formais que para aumento de sua renda recorrem às atividades informais. Porém, a informalidade tem conseqüências negativas para a economia e para os próprios trabalhadores. Para a economia, o efeito principal de curto prazo é a menor arrecadação do INSS, enquanto nos prazos médio e

longo cria-se um contingente enorme de pessoas que irá pressionar as contas previdenciárias no futuro. Para os trabalhadores, se, no momento, a informalidade acaba sendo uma opção de sobrevivência, a falta de carteira assinada não deixa de trazer dificuldades na obtenção de créditos, alugar um imóvel ou mesmo comprovar que se é trabalhador, além da insegurança com relação ao futuro, fatores que são privilégios do mercado de trabalho formal.

Pode-se notar que o fenômeno econômico do emprego informal está presente com grande intensidade nos grandes centros urbanos. Em especial naqueles onde a atividade industrial não contribui com grande absorção de mão-de-obra. Além do que, mesmo nas indústrias, vem se observando, com a reestruturação produtiva do início da década de 90, um grande processo de terceirização, composto, em partes, por informais. Estes acontecimentos ampliaram consideravelmente a informalidade, por exemplo, na RMS, cuja participação no mercado de trabalho por parte do setor informal é maior do que a da parte formal.

As atividades formais atendem a uma necessidade funcional do capitalismo. O mercado de trabalho formal é o mercado regido por leis trabalhistas, com regulamentação laboral e proteção social, especialmente contra as demissões e acidentes de trabalho.

O mercado de trabalho formal pode ser dividido em dois grupos. O primeiro é composto pelos assalariados com registro (carteira de trabalho assinada), o segundo é composto pelos profissionais universitários; empregadores com mais de dois empregados; empregadores com menos de dois empregados, desde que haja contribuição à previdência social.¹

¹ Ver detalhes no quadro 2 em MENEZES (2001a, p.24).

Com o advento de novas tecnologias e a robotização da 3ª Revolução Industrial, nota-se uma diminuição dos empregos formais, e uma modificação nos tipos de empregabilidade, exigindo cada vez mais dos trabalhadores, que tem de saber de tudo um pouco, não mais se especializar em apenas uma área, mas sim, em várias. Isto fez aumentar o numero de terceirizações, de acordo com o principal fator capitalista que é o lucro, para que as empresas pudessem passar para outras o trabalho que teriam em certa atividade, com o intuito de se dedicar a atividades mais lucrativas. O aumento das terceirizações fez aumentar o setor informal, pois estas são feitas através do contrato com outras firmas ou com trabalhadores autônomos. Estes fazem parte do setor informal, pois não tem registro, e quanto às firmas terceirizadas, nem sempre seguiam as leis trabalhistas para regulamentar os seus funcionários, aumentando, portanto a informalidade.

Este trabalho monográfico focaliza o mercado de trabalho do jovem na RMS, na faixa etária de 18 a 24 anos, comparando os jovens autônomos, que fazem parte do setor informal e os jovens assalariados com carteira assinada, do setor formal da economia, no biênio 2000/2001. Baseando-se, para tanto, em dados da base PED.² Encontra-se dividido em quatro seções: além desta introdução, a segunda trata sobre a informalidade e a formalidade. A terceira fala do mercado de trabalho do jovem na RMS dando um enfoque final aos autônomos e aos assalariados com carteira assinada. Finalmente, algumas conclusões e considerações finais.

2 INFORMALIDADE X FORMALIDADE

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A INFORMALIDADE

As mudanças macroeconômicas que vêm ocorrendo desde o início da década de 90, impuseram grandes transformações às políticas generalizadas das empresas diante da necessária adaptação à abertura comercial e ao subsequente aumento da competição. O processo de reestruturação produtiva, caracterizado basicamente pelas inovações tecnológicas e pela reestruturação organizacional, alterou profundamente o mercado de trabalho brasileiro reduzindo as condições de empregabilidade, o que implicou na redução de qualidade de vida da família do trabalhador. Isto levou mais pessoas da família a procurar emprego, aumentando o contingente de desempregados, que para assegurar a sobrevivência dos seus familiares aderem ao mercado informal, muitas vezes qualificado como um subemprego, pois o mercado formal não consegue suprir toda a demanda por emprego. Assim, as atividades ligadas à informalidade serviram como válvula de escape para muitos desempregados.

A discussão sobre informalidade é muito recente. Contudo, sua primeira referência na literatura econômica data da década de 30, quando Joan Robinson utilizou “a expressão desemprego disfarçado para designar as atividades autônomas de baixa produtividade e baixos rendimentos, nas quais se ocupavam aqueles que haviam perdido seus empregos durante a recessão”. A origem da discussão sobre informalidade na América Latina pode ser verificada nas análises sobre os resultados do processo de industrialização de seus países, durante os anos 60. Todavia, em 1972, no célebre “Relatório sobre o Quênia” são propostos os conceitos de setor formal e informal como

² A PED-RMS é a Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador é uma Pesquisa que segue orientações do Seade-Dieese. Ver mais detalhes na nota 4, p. 27 deste trabalho.

categorias alternativas para a dicotomia moderno/tradicional. (FAGUNDES, 1991, p.16).

Verifica-se que o emprego informal muitas vezes significa desemprego disfarçado. Podendo isto ocorrer por ocupação precária e mal remunerada, que corresponde à situação de grande parte dos ocupados por conta própria e dos empregados sem carteira de trabalho assinada. Pode-se citar diferentes definições de informalidade, consoante o enfoque de determinados autores.

Segundo Fagundes (1991, p.18), “a informalidade é identificada com a ruptura em relação ao ordenamento jurídico da organização da produção, através do não cumprimento das regras institucionais – fiscais, trabalhistas e previdenciárias”. Sendo composta por “trabalhadores por conta-própria, empregados remunerados exclusivamente por produção, empregados remunerados exclusivamente por espécie e benefício, empregados domésticos e trabalhadores familiares sem remuneração”.³

Dedecca; Baltar (1997a, p. 27) dizem que “o setor informal é considerado como o seguimento não organizado, em contraste com a organização do setor moderno da economia”, cuja diferenciação é ditada pela lógica do lucro e da acumulação de capital do setor organizado.

Podemos observar alguns critérios que definem a existência da informalidade. Dentre eles tem-se a “facilidade de entrada, utilização de recursos locais, mercados concorrenciais, propriedade familiar das empresas, pequena escala das atividades, emprego das tecnologias trabalho-intensivas, formação adquirida fora do sistema escolar formal”. (FAGUNDES, 1991, p. 16).

³ Seguindo a ótica de FAGUNDES (1991, p. 18).

Alguns outros conceitos foram formulados seguindo algumas metodologias, estas tratam das relações de produção. Estes foram analisados em Menezes (2001a).

O primeiro conceito sobre informalidade, baseado nos trabalhos da OIT, descreve o setor informal com base em características técnicas das unidades produtivas, considera que as atividades desse setor são geradoras de produto e emprego,(...) intensas em trabalho e usuário de tecnologia simples (...). O segundo, é uma descendência direta dos estudos marxistas, considera as atividades informais como sendo formadas por uma necessidade funcional do sistema capitalista, que usa do expediente da informalidade para obter uma redução nos custos de produção associados à mão-de-obra, (...) no processo de acumulação de capital. O terceiro, com formulações mais heterodoxas no campo metodológico, estabelece que o setor informal seria constituído de relações de trabalho atípicas, tais como 'mercado negro', 'mercado não regulamentado', 'mercado ilícito', 'economia submersa', 'economia subterrânea', entre outras, para escapar das responsabilidades institucionais da economia formal. Finalmente, o pensamento liberal entende o setor informal como uma manifestação do espírito empresarial, o qual encontra-se abafado por excessiva regulamentação da atividade econômica. A informalidade é então vista como composta de atividades não declaradas, mas nem por isto ilícitas, expondo o mercado de trabalho ao livre jogo da oferta e da demanda. (MENEZES, 2001a, p. 7-8).

A definição dada por Maria Emilia Fagundes e lembrada por Braga; Fernandes (1999) é a de que trabalho informal é composto por trabalhadores por conta própria, empregados remunerados exclusivamente por produção, empregados remunerados exclusivamente por espécie e benefícios, empregados domésticos e trabalhadores familiares sem-remuneração.

Segundo Menezes (2001a, p. 7), “o setor informal é composto de atividades intensivas em trabalho e usuário de tecnologia simples, de forma que a produtividade do trabalho é muito baixa, mesmo porque o detentor dos meios de produção, não raramente, é o único trabalhador”.

Analisada do ponto de vista conceitual por Fagundes (1991), a informalidade é identificada com o não cumprimento do ordenamento jurídico da organização da produção, através do não seguimento das regras institucionais-fiscais,

trabalhistas e previdenciárias. Porém, é importante ver que a definição de informalidade como sinônimo de ocupação clandestina não denota qualquer elemento de cunho tecnológico, de tamanho das unidades de produção ou de formas de organização da produção para distinguir o formal e o informal, enfatizando exclusivamente a subordinação ou não à legislação fiscal, trabalhista e previdenciária.

Dadas todas essas definições a respeito da informalidade, segue-se nesse trabalho a informalidade como a parte dos trabalhadores que não tem carteira assinada.

2.2 DIFERENÇAS ENTRE O MERCADO DE TRABALHO FORMAL E O INFORMAL

A principal diferença entre o setor formal e o informal é o fato de o setor formal funcionar de acordo com as leis trabalhistas, e o informal não ser regulamentado por leis, não seguindo, portanto, as mesmas regras do formal.

Os trabalhadores do setor formal são trabalhadores com registro, regulamentados perante as leis trabalhistas federais. Os trabalhadores do setor informal não têm registro. Este setor é constituído por: trabalhadores por conta-própria, empregados remunerados exclusivamente por produção, empregados remunerados exclusivamente por espécie e benefício, empregados domésticos e trabalhadores familiares sem remuneração. E os objetos desta pesquisa são: no lado informal, os trabalhadores por conta própria, os autônomos; no lado formal, os trabalhadores assalariados com carteira assinada, jovens na faixa etária de 18 a 24 anos.

Observamos o quão importante é esse estudo sobre esta comparação, devido ao tamanho expressivo do mercado de trabalho informal em relação ao formal na

RMS. Especialmente com a abertura comercial na década de 90, quando são observadas dificuldades em inúmeros setores produtivos, principalmente naqueles mais intensos em mão-de-obra (têxteis, calçados, brinquedos, etc.), que ficaram mais vulneráveis aos produtos asiáticos. Esses setores foram obrigados a fazer reestruturações produtivas incorporadas de novos procedimentos técnicos e organizacionais, e, portanto, tem-se diminuição de emprego formal, a qual evidencia-se também na indústria. Estes empregos migram para o setor terciário, contudo, este é ameaçado pelos juros altos e pela falta de política creditícia diferenciada para a pequena e micro empresa. Além disso, tem-se o processo de privatização ocorrendo no país, o qual promove uma racionalidade econômica nos negócios, impondo uma maior flexibilidade do trabalho, com a conseqüente diminuição de seus postos. Ambos processos levaram ao desemprego e subseqüente fuga para a informalidade.

Observa-se que no Plano Real continuou este processo de abertura comercial e privatizações. Houve relativo sucesso do Plano Real, no que diz respeito à estabilização de preços, mas evidenciaram-se conseqüências macroeconômicas negativas, tais como, recessão e desemprego, e a atenção nacional foi transferida do tema **inflação** para a questão do **desemprego**. Embora afete o conjunto do país, o problema do desemprego assume características diferenciadas de acordo com as especificidades de cada economia estadual. Sendo que o aumento do desemprego tem uma relação direta com o aumento da informalidade, pois as pessoas, ao não conseguirem emprego no mercado formal, utilizam como meio de auto-sustentar-se e à sua família os trabalhos informais.

Se por um lado, as empresas tiveram de redefinir sua engenharia econômico-financeira e administrativa, levando o preço dos serviços e produtos a níveis competitivos reduzindo custos e ampliando tecnologia, por outro, os trabalhadores sentiram o reflexo dessa redefinição na exigência de crescente

qualificação profissional, redução da quantidade de funcionários para a execução da mesma tarefa via advento tecnológico e intensificação do trabalho, provocando assim demissões daqueles que não se adaptaram às exigências das empresas. A velocidade desse processo econômico, não raro, é superior a capacidade de adaptação de muitos trabalhadores. A união da tecnologia excludente com a voracidade das concorrências ampliou, assim, o mercado de trabalho informal. Segundo S. Sobrinho (2000, p. 120), observou-se no Brasil que “a abertura comercial e a valorização do Real frente ao Dólar, além das elevadas taxas de juros, impuseram ao País um péssimo desempenho econômico, sobretudo entre os anos de 1997 e 1999”. Neste período, ocorreu aumento do desemprego, diminuição do número de vagas no setor formal e subsequente aumento da informalidade.

Essa redução de custos das empresas implicou em diminuição do emprego formal. As atividades formais atendem a uma necessidade funcional do capitalismo, o qual utiliza a informalidade para ter uma diminuição nos custos de produção ligados à mão-de-obra, conseguindo, através disso, um acréscimo dos lucros. Segundo essa análise, os trabalhadores informais seguem as necessidades do processo de acumulação do capitalismo. Vê-se, portanto, a informalidade com seu papel de explorador da mão-de-obra desregulamentada, submetida a esta exploração pelas suas necessidades. Verificando que os assalariados que foram demitidos pelo setor formal passam a fazer parte do setor informal, entre outros fatores, por não terem um sistema de seguro-desemprego de longa duração.

O setor informal aparece como reflexo da insuficiência da criação de empregos pelo setor formal em um contexto de grande crescimento da população em idade ativa, explicado pelo incremento vegetativo elevado da população potencializado pela migração. (DEDDECA; BALTAR, 1997b). Isso vem fazendo com que as situações de informalidade se tornem definitivas para muitos dos trabalhadores jovens e/ou migrantes, e também, uma alternativa de

ocupação, mesmo que precária, após um eventual período de desemprego, já que o mercado de trabalho formal é muito afetado com as transformações econômicas. Uma vez que o número de pessoas ocupadas informalmente cresce, tanto na fase recessiva, quanto na retomada de crescimento da economia. Um exemplo disso é o processo de terceirização, no qual evidencia-se uma maior precarização do trabalho. Esse processo se dá quando uma empresa, para reduzir custos, transfere para outras empresas ou para trabalhadores autônomos os riscos de mercado, prevenindo-se contra as oscilações da demanda e as incertezas do quadro macroeconômico. O que aumenta a proporção de autônomos em relação à de assalariados com carteira assinada.

2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMALIDADE

As atividades formais atendem a uma necessidade funcional do capitalismo. O mercado de trabalho formal é o mercado regido por leis trabalhistas, com regulamentação laboral e proteção social, especialmente contra as demissões e acidentes de trabalho. Getulio Vargas, presidente populista brasileiro, governou o país nos períodos de 1930-1945 e 1951-1954 criou várias leis trabalhistas, entre as quais, a lei dos 2/3, publicada em dezembro de 1930, era chamada a Lei da Nacionalização do Trabalho, tornando obrigatória a presença de dois terços de brasileiros no quadro de funcionários das empresas. Em 1932, criou-se a lei que passou a jornada de trabalho oficialmente para oito horas, assim como, estabelecia-se o princípio de salário igual para trabalho igual, o trabalho de mulheres era regulamentado, e a mulher trabalhadora, por ocasião do nascimento dos filhos, tinha garantido a licença de um mês antes e um mês depois do parto. A lei de férias que datava de 1926, foi aperfeiçoada em 1933. No entanto, a essa época apenas algumas categorias de trabalhadores urbanos gozavam de tal direito, que era de apenas 15 dias por ano. Foram criados, também em 1933, os Institutos de Aposentadoria e

pensões (IAPS), onde teve início a organização da previdência social controlada pelo Estado. Obviamente que no decorrer dos anos essas leis sofreram mudanças, que com a força sindical favoreceram aos trabalhadores. Foi criado um Boletim estatístico a respeito dos Indicadores do Mercado de Trabalho Formal das Empresas, cujo nome É Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, o qual engloba dentre outros fatores o direito a aposentadoria especial dos trabalhadores com exposição a agentes nocivos, só que estes trabalhadores pagam uma alíquota adicional incidente sobre a remuneração dos trabalhadores expostos, a ser paga pelos empregadores. Com isso as empresas passaram a investir em proteção e na substituição de processos, de forma a reduzir o número de trabalhadores expostos e, desta forma, ter sua contribuição previdenciária total reduzida.

O mercado de trabalho formal pode ser dividido em dois grupos. O primeiro é composto pelos assalariados com registro (carteira de trabalho assinada), o segundo é composto pelos profissionais universitários; empregadores com mais de dois empregados; empregadores com menos de dois empregados, desde que haja contribuição à previdência social. (MENEZES, 2001a, p. 24).

A diferenciação entre os assalariados com registro e sem registro, depende de diferentes fatores, entre outros: a taxa de crescimento da oferta de emprego de boa qualidade; a evolução quantitativa e qualitativa da oferta de trabalho por faixa etária; o tipo de legislação trabalhista; a eficácia do Estado na aplicação da legislação laboral; e a extensão e qualidade dos serviços públicos e privados de seguridade social.

2.4 O MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA

Partindo-se para uma análise da Bahia, pode-se verificar em Proserpio (1995) que o desemprego do setor formal, grande impulsionador para a entrada no setor informal, segue como conseqüência de alguns fatos conjunturais e estruturais. Sendo estes, os considerados a seguir:

*Fatores estruturais:

a) o setor que mais cresceu na Bahia na década de 80 e 90, a indústria de transformação emprega pouco, respondendo em 1995 por 24,7% do PIB e empregando 6,4% do total de trabalhadores;

b) o setor agropecuário segue como maior empregador absorvendo 42% das pessoas ocupadas, sendo uma atividade sazonal e sujeita às variações climáticas, à grande seca que atinge a Bahia, tendendo a liberar uma grande contingente de mão-de-obra para as cidades quando na escassez.

c) a baixa escolaridade da mão-de-obra limita a implantação de atividades de maior valor agregado no setor de serviços e industrial. Dadas às exigências macroeconômicas estabelecidas com a reestruturação produtiva, estes passam a fazer parte do contingente de desempregados.

d) o setor de serviços, apontado como impulsionador da economia na emergente sociedade da informação e com grande poder de agregação de valor responde por apenas 10,8% dos empregos baianos, isso se justifica pela inexistência de mão-de-obra qualificada para o desenvolvimento do setor.

e) magnitude do setor informal, que muitas vezes significa desemprego disfarçado. Em 1990, os ganhos de 15,2% dos “ocupados” eram de ½ salário mínimo, enquanto 70% dos ocupados auferiam rendimento de até dois salários mínimos.

*Fatores conjunturais:

f) a crise das finanças públicas no plano federal tem se expressado na diminuição de investimentos e gastos das instituições federais no Estado. A redução dos gastos tem representado fator negativo dada a significativa presença que ainda tem a administração pública, absorvendo 4,5% dos empregados (210 mil pessoas nos três níveis da administração-federal, estadual, municipal).

g) precarização dos vínculos de trabalho com a diminuição dos contratos socialmente protegidos, ou seja, diminuição dos trabalhadores com carteira assinada.

h) dificuldades a que se submetem as pequenas e micro empresas em decorrência da política macroeconômica, a exemplo das altas taxas de juros e as imposições fiscais e burocráticas, além da facilidade dada a entrada de produtos importados via abertura comercial, criando um mercado excessivamente competitivo.

i) a ausência de mecanismos compensatórios capazes de contrapesar as desvantagens locacionais do livre mercado criada pela política macroeconômica.

Observa-se que um outro fator causador de aumento da informalidade é o êxodo rural. Devido as grandes secas ocorridas na Bahia, foram criadas leis protecionistas para os trabalhadores rurais, o que diminuiu consideravelmente

o número de pessoas empregadas no campo, pois os empregadores rurais tiveram de arcar com os encargos trabalhistas, e para diminuí-los optaram por fazer demissões, que muitas vezes ocorreram em massa. Isto fez os empregados rurais se deslocarem para as cidades grandes em busca de conseguirem emprego para o sustento de suas famílias, mas o mercado formal não tinha postos de trabalho suficientes para absorver essa mão-de-obra, muitas vezes desqualificada, provocando um aumento do mercado de trabalho informal.

2.5 ASPECTOS DO MERCADO DE TRABALHO NA RMS

Inserida nesse contexto, a experiência de Salvador, como uma capital com grande número de desempregados, sugere que a acumulação da informalidade se acentua com a criação de bairros informais que não têm relação imediata com a reprodução do mercado formal. Isso não tem sustentação na criação de postos de trabalho formal. Os elevados níveis de analfabetismo, as exacerbadas proporções de desistência dos poucos que chegam à escolaridade formal, a diferença da qualidade de ensino formal oferecido aos grupos sociais de baixa renda fazem com que eles sejam sistematicamente excluídos do referencial de informações que dá acesso às profissões reconhecidas como parte do segmento em que há renovação de tecnologia e de organização social da produção. Limitando as pessoas de baixa renda ao mercado informal, fazendo com que essa falta de acesso à renovação técnica não as possibilite ser efetivamente consideradas como exército de reserva para o conjunto de postos de trabalho integrantes do mercado formal.

Constata-se que a maior expressividade da informalidade na RMS consta de trabalhadores autônomos. Em S. Sobrinho (2000), vê-se que, em setembro de 1999, estes correspondiam a 24,7% dos ocupados na RMS. As atividades informais representam 50,4% no mesmo período. Grande número de ocupações

autônomas mostra formas de assalariamento disfarçado, indicando, junto com outros fatores, o grau de informalidade do mercado de trabalho.

Nesse trabalho, objetiva-se analisar a faixa etária de 18 a 24 anos, que são os jovens maiores de idade, mostrando como se faz sua inserção no mercado de trabalho. Observações importantes são feitas por Mendonça (2000, p. 28), quando fala a respeito da verificação de:

“uma crescente perda de importância da relação padrão de emprego (assalariada e regulada pela legislação trabalhista), o crescimento das relações de trabalho mais instáveis e precárias, o aumento do desemprego e de formas mais complexas de sua manifestação (ocupações em tempo parcial, ocupações temporárias etc.)”.

Essas transformações atingem diferentemente segmentos específicos da oferta de trabalho, com seus efeitos negativos manifestando-se primeira e mais intensamente sobre aqueles cuja inserção ocupacional é mais frágil.

Observa-se mais fortemente nos anos 90, de acordo com Menezes (2001b, p. 28) que o jovem sofre as seguintes transformações:

“uma transição de inatividade para a atividade produtiva caracterizada por maior instabilidade ocupacional (situações alternativas de desemprego e ocupação), precariedade nas condições e relações de trabalho (crescimento de contratos temporários ou em tempo parcial), menores oportunidades de mobilidade social (ampliação das ocupações de baixa qualificação e sem perspectivas de crescimento profissional) ou ainda sinais de exclusão (ampliação do tempo de desemprego)”.

Entre 1996-1999, os jovens representavam cerca de 28,3% na população economicamente ativa (PEA) da RMS.

Há vários fatores que colocam o jovem no mercado informal. Pode-se verificar que o jovem da RMS tem baixo nível de escolaridade, que aliado à falta de experiência profissional, e de qualificação profissional, complica a inserção destes no mercado de trabalho formal. Tem-se a necessidade de elevar o investimento em educação por parte do governo para que estes possam aumentar o seu nível de escolaridade e, partindo daí, melhorar a sua

possibilidade de concorrer num mercado cada vez mais exigente de conhecimentos diversificados.

Acredita-se que os setores com maior presença de empresas menores no mercado, seriam os mais propícios à informalidade. Sendo uma das principais causas do expressivo tamanho do mercado informal, a elevada carga tributária que o fisco pretende obter do contribuinte. Porém, as micro-empresas e pequenas empresas são grandes criadoras de emprego, por existirem muitas, empregam boa parte do contingente de trabalhadores, embora normalmente tenham poucos funcionários, mas existem em grande quantidade. Devendo o governo dar cada vez mais possibilidades de criações de mais empresas pequenas, pois estas movimentam o mercado de trabalho e a economia nacional.

Para que possa ser verificada a situação ocupacional dos jovens na faixa etária de 18-24 anos na RMS no período 2000-2001, tem-se, de acordo com os dados da PED, a Tabela 1.

TABELA 1 → 2000 – 2001

Situação ocupacional dos jovens na RMS

Condição	Percentual	Percentual
		Cumulativo
Desemprego com bico	9,4	9,4
Desemprego aberto	27,0	36,4
Desemprego desalentado	4,8	41,2
Ocupado	58,8	100,0
Total	100,0	100,0

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

È evidenciado na Tabela 1, que de acordo com o percentual cumulativo do desemprego, 41,2% dos jovens estão desempregados, uma taxa muito alta. Analisando de forma mais detalhada, nota-se que dentre os jovens de 18 a 24 anos, 9,4% estão em desemprego com bico, 27% em desemprego aberto, 4,8% em desemprego desalentado, e 58,8% estão ocupados. Essa taxa alta de

desemprego pode ser verificada segundo vários fatores, como: experiência profissional, cor, gênero, escolaridade, renda familiar e outros.

2.6 PONDERAÇÕES ACERCA DOS AUTÔNOMOS E DOS ASSALARIADOS COM CARTEIRA ASSINADA.

Há uma diferenciação na velocidade do aumento dos rendimentos do trabalho dos autônomos, a qual está associada a inúmeros fatores, entre os quais destacamos: i) o aumento do desemprego, a reorganização do trabalho, as demissões e a diminuição da influência dos sindicatos nas firmas formais vem a reduzir relativamente os ganhos dos assalariados registrados; ii) a expansão do emprego nas micro e pequenas firmas formais e informais incrementa a demanda pela mão-de-obra sem registro, induzindo a elevação de seus salários; por fim, iii) o aumento da renda real motiva a expansão da demanda por serviços favorecendo os trabalhadores por conta própria (CACCIAMALI, 1999).

O trabalho autônomo, por conta própria (o auto-emprego) é uma estratégia de sobrevivência empreendida pelas pessoas que por apresentarem dificuldades de reemprego, ou de ingresso no mercado de trabalho formal, ou por opção auferem renda através de formas de trabalho por conta própria. Esses grupos, em geral, inserem-se em ocupações de baixa produtividade. Estes ficam limitados aos espaços econômicos não ocupados por empresas capitalistas, e por insegurança na relação de trabalho e na percepção da renda, ausência de qualquer regulamentação laboral e de proteção social, o uso flexível de horas trabalhadas, e freqüentemente menores salários, principalmente para os menos qualificados. Além disso, o trabalhador autônomo não recebe as compensações de renda recebidas pelos trabalhadores assalariados com carteira assinada, sendo estas referentes às dispensas involuntárias (aviso prévio, proporcional de férias, proporcional de gratificação de Natal, recebimento de PIS/PASEP e

FGTS), e em geral não recebe remunerações correspondentes às horas extras. Assim como, por não estar sindicalizado não tem acesso às resoluções dos acordos coletivos e não pode ingressar no sistema do seguro desemprego.

A ampliação do trabalho por conta própria pode ocorrer devido a vários motivos, tais quais: i) racionamento dos empregos assalariados e ausência de políticas públicas compensatórias; ii) oportunidade de ganhos superiores àqueles dos empregos assalariados de média e baixa qualificação; e iii) estratégia de sobrevivência implementada pelos indivíduos que apresentam dificuldades de reemprego ou de ingresso no mercado de trabalho, freqüentemente, nessa última situação, poderão exercer trabalhos de baixa produtividade. (CACCIAMALI, 1999).

Faz-se necessário que seja construída uma política de emprego e renda. Há também que se capacitar os demandantes do sistema para uma perenização dos empregos e rendas gerados. Precisamos de uma eliminação das exigências desnecessárias dos agentes financeiros para que seja facilitada a obtenção de crédito. Além disso, o governo tem de fazer uma reforma tributária para que sejam diminuídos os encargos dos impostos que fazem com que muitos permaneçam na informalidade para fugir das altas taxas fiscais.

Podemos constatar o crescimento do mercado informal e o enxugamento do mercado de trabalho formal devido às reestruturações produtivas. Desta forma, pretendemos analisar o mercado de trabalho do jovem na RMS, dando ênfase à faixa etária de 18 a 24 anos. Procurando comparar os jovens autônomos e os assalariados com carteira assinada estudando sua relação com diversas variáveis, tais como: nível de escolaridade, cor, sexo, experiência profissional do jovem. Assim como, verificar os motivos destes se localizarem em ambos os mercados. As implicações que isso pode ter para sua vida pessoal, seu futuro profissional, sua aposentadoria, e outros fatores.

È de grande importância, a análise do mercado de trabalho dos jovens, pois estes estão em começo da vida profissional, com possibilidades de ajudar o país a crescer economicamente, assim como ajudar a sustentar as crianças e os idosos que não trabalham, estão na inatividade. Optou-se pela faixa de 18 a 24 anos, por estarem no início da vida adulta, e tem-se como base os dados da PED.

Pode-se verificar que o percentual de jovens no mercado informal é considerável, o que traz várias implicações para estes e para a sociedade. Estes, por não terem carteira de trabalho assinada comprometem a sua aposentadoria, assim como o recebimento de seguro desemprego. A sociedade, por ter menos pessoas contribuindo com a previdência, tem comprometimento no pagamento dos seus aposentados. Além do comprometimento com os outros aspectos, tais como saúde, saneamento básico que são prejudicados pela falta de pagamento de impostos. Sendo, portanto, um grande problema a maior parte dos jovens da RMS fazer parte do mercado informal, pela precariedade deste, que, algumas vezes, por sua oscilação, torna-se um caminho para a marginalidade. Porém, isto ocorre devido à quantidade de vagas disponíveis no mercado formal não ser suficiente para o número de pessoas demandantes, assim como, devido à exigência de qualificação ser cada vez maior.

A investigação se ocupará de verificar a fundamentação dos dados teóricos a respeito das variáveis que podem ser relacionadas com o mercado de trabalho do jovem, como: cor, sexo, escolaridade, experiência, assim como observar as formas de sobrevivência dos mesmos. Verificando, por fim os objetos da pesquisa, que são no mercado de trabalho informal - os autônomos, e no mercado de trabalho formal - os assalariados com carteira assinada, constatada através da análise de dados factíveis coletados por pesquisas da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMS). Pretende-se limitar à utilização de dados secundários, baseando-se nestes uma pesquisa descritiva

para mostrar a inserção dos jovens de 18 a 24 anos no mercado de trabalho da RMS.

3 O MERCADO DE TRABALHO DO JOVEM NA RMS

O mercado de trabalho do jovem na RMS é muito complexo, pois dentro do setor formal e informal tem várias divisões. As formas de ocupação dos jovens entre 18 e 24 anos são divididas em: assalariado privado com carteira assinada; assalariado privado sem carteira assinada; assalariado público; autônomo público; autônomo que atua como empresa; empregador, onde se enquadram os jovens com espírito empreendedor; trabalhador doméstico mensal; trabalhador doméstico diário; trabalhador familiar; dono negócio familiar e outros. Para aprofundamento desta seção tomar-se-á como base dados da PED-RMS.⁴

3.1 SITUAÇÃO OCUPACIONAL DOS JOVENS NA RMS

A situação ocupacional do jovem na RMS evidencia um fator preocupante com relação ao desemprego. O desemprego não está apenas localizado na RMS, mas em todo o Brasil, ocorrendo devido as subseqüentes crises econômicas que fizeram o Real se desvalorizar em relação ao Dólar. Influenciando nas importações, pois os produtos importados ficaram mais caros já que a paridade Real-Dólar sofreu desvalorização, portanto influenciando nos preços de todos os produtos que dependiam de matéria-prima estrangeira, como computadores,

⁴ As informações deste trabalho utilizam a base montada pela PED-RMS (Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador). Esta pesquisa segue orientação metodológica do Seade-Dieese e foi realizada na RMS entre setembro de 1987 e outubro de 1989, em convênio com Setrab, Sine e UFBA; desde julho de 1996, ela vem sendo realizada em convênio com a Sei, Setras e UFBA. Esta pesquisa é atualmente desenvolvida em mais cinco regiões metropolitanas do país (Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife e São Paulo). Foram consideradas 18689 entrevistas, realizadas entre 2000 e 2001.

ou que vieram do exterior, provocando demissões em vários setores da economia.

Esta pesquisa pretende mostrar a influência de determinados fatores, na ocupação dos jovens na RMS, sendo analisadas variáveis, tais quais: experiência, cor, sexo, escolaridade, posição na ocupação, assim como, verificar os meio de sobrevivência.

A Tabela 2, mostra a condição do jovem de 18 a 24 anos no mercado de trabalho na RMS, no período 2000-2001, em relação à experiência. Observa-se nesta que 69,9% dos desempregados tem experiência, o que evidencia que o número de jovens desempregados com experiência é maior do que o percentual de jovens desempregados sem experiência, que é de 30,1%. Verifica-se nesta Tabela que o percentual de jovens desempregados é 41,2%, uma taxa muita alta, que está relacionada a vários fatores, tais quais: experiência profissional, cor, gênero, escolaridade, renda familiar e outros. Pode-se ainda verificar que o percentual de jovens de 18 a 24 anos da RMS ocupados é de 58,8%, e que logicamente todos têm experiência, sobrando para os jovens que são desempregados, ou seja os 41,2%, o percentual de 28,8% com experiência anterior, e 12,4% sem experiência anterior.

TABELA 2 → 2000 – 2001 RMS

Condição dos jovens no mercado de trabalho por experiência anterior - Média mensal

	% linha % coluna	Experiência	Com Experiência	Sem Experiência	Total Linha
Desempregados			69,9	30,1	41,2
Ocupados		100			58,8
	Total Coluna	58,8	28,8	12,4	100

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

A Tabela 3 enfoca a condição do jovem no mercado de trabalho em relação ao sexo, nesta Tabela vemos que 47% dos jovens desempregados são do sexo

masculino, e que dentre os jovens do sexo masculino 37,7% estão desempregados. Mostra também que 53% dos jovens desempregados são do sexo feminino, e que das jovens do sexo feminino 44,9% estão desempregadas. Em relação aos que estão ocupados, 54,3% são do sexo masculino, e 45,7% são do sexo feminino. Verifica-se também que 62,3% dos jovens do sexo masculino estão ocupados e que 55,1% dos jovens do sexo feminino estão ocupados. Provando-se por meio desta que o número de jovens do sexo masculino ocupados é maior que os do sexo feminino, podendo ser por discriminação ainda existente em relação ao sexo feminino em determinados setores.

TABELA 3 → 2000 – 2001 RMS

Condição dos jovens no mercado de trabalho por sexo

	% linha	Masculino	Feminino	Total
	% coluna			Linha
Desempregados		47	53	41,2
Total		37,7	44,9	
Oculto		56,5	43,5	14,2
		15,6	12,7	
Aberto		42	58	27
		22,1	32,2	
Ocupados		54,3	45,7	58,8
		62,3	55,1	
	Total			
	Coluna	51,3	48,7	100

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

Observa-se também na Tabela acima que, 56,5% dos jovens do sexo masculino fazem parte do desemprego oculto, sendo 43,5% do sexo feminino. Para o desemprego aberto, 42% são do sexo masculino, e 58% do sexo feminino. Analisando agora pela ótica do sexo, 15,6% dos homens estão em desemprego oculto, 22,1% em desemprego aberto. Para as mulheres, tem-se que 12,7% estão em desemprego oculto, 32,2% em desemprego aberto.

Um outro fator de diferenciação, que se pode evidenciar no desemprego é a cor. Na Tabela 4, tem-se a condição do jovem no mercado de trabalho da RMS com relação à cor. Vê-se que dos brancos 32,9% estão desempregados, sendo esta parcela dos negros de 42,2% . Em relação aos que estão ocupados 12,5% são brancos, e 87,4% são negros. Porém, 67,1% dos brancos estão ocupados, e 57,8% dos negros estão ocupados. Vê-se, portanto, que mesmo sendo o percentual de jovens ocupados muito maior para os negros (principalmente devido à elevada quantidade de negros na RMS), tem-se um percentual proporcionalmente maior de jovens brancos ocupados do que de negros.

TABELA 4 → 2000 – 2001 **RMS**
Condição dos jovens no mercado de trabalho por Cor

	% linha	Branca	Negra	Outras	Total
	% coluna				Linha
Desempregados Total		8,8	91,2	0,0	41,2
		32,9	42,2	20,0	
Oculto		7,4	92,6		14,2
		9,6	14,8		
Aberto		9,5	90,5	0,0	27,0
		23,3	27,5	20,0	
Ocupados		12,5	87,4	0,0	58,8
		67,1	57,8	80,0	
Total					
	Coluna	11,0	89,0	0,0	100,0

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

Observa-se também na Tabela 4, que 9,6% dos jovens brancos constam no desemprego oculto, enquanto para os negros o percentual é de 14,8%. Sendo que dos desempregados ocultos, 7,4% são brancos, e 92,6% são negros. Para a parte de desemprego aberto, 9,5% são brancos, 90,5% são negros. Existem 23,3% dos brancos em desemprego aberto e 27,5% dos negros.

3.2 AVALIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO NA RMS

Um dos fatores que tem grande influência no mercado de trabalho é o nível de instrução. Esta seção pretende se ater à distribuição do jovem de 18 a 24 anos na RMS com relação ao nível de instrução e posteriormente verificar a participação destes na PEA e na inatividade, segundo a discriminação do sexo e da cor.

A Tabela 5 mostra a distribuição dos jovens de 18 a 24 anos da RMS ocupados de acordo com a instrução, dentre estes, 1,2% são analfabetos, 32,9% têm 1º grau incompleto, 10,4% tem 1º grau completo, sendo que 44,5% têm até 1º grau completo, O percentual para os jovens que tem 2º grau incompleto é de 14,7%, sendo de 29,1% com 2º grau completo, 9,7% com 3º grau incompleto e apenas 2,1% dos jovens da RMS tem 3º grau completo, a minoria da população jovem da RMS. Evidencia-se nesta Tabela a baixa escolaridade do jovem com idade entre 18 e 24 anos da RMS, pois 59,2% têm até 2º grau incompleto, e apenas 2,1% tem 3º grau completo.

TABELA 5 → 2000 – 2001 RMS

Distribuição dos jovens ocupados por instrução

Distribuição	Percentual	Percentual
		Cumulativo
Sem declaração	0,1	0,1
Analfabeto	1,2	1,2
1º incompleto	32,9	34,2
1º completo	10,4	44,5
2º incompleto	14,7	59,2
2º completo	29,1	88,3
3º incompleto	9,7	97,9
3º completo	2,1	100
Total	100	

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

Analisando a População Economicamente Ativa (PEA) da RMS, e os inativos, pode-se verificar na Tabela 6, que 51,3% da PEA são do sexo masculino, restando 48,7% do sexo feminino. Enquanto que 37,2% dos jovens dos inativos são do sexo masculino, e 62,8% são do sexo feminino. Analisando

pela ótica do sexo, 80,4% dos homens fazem parte da PEA, sobrando para inatividade 19,6% destes. Enquanto para as mulheres, 69,8% fazem parte da PEA, e 30,2% são inativas. Evidenciando que há um número consideravelmente maior de jovens do sexo masculino fazendo parte da PEA.⁵

TABELA 6 → 2000 – 2001 RMS
Taxas de participação e de inatividade do Jovem por sexo

	% linha	Masculino	Feminino	Total
	% coluna			Linha
PEA		51,3	48,7	74,9
		80,4	69,8	
Inativos		37,2	62,8	25,1
		19,6	30,2	
Total				
	Coluna	47,8	52,2	100,0

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

Um fator que denota grande discriminação no mercado de trabalho é a cor, a Tabela 7 mostra a taxa de participação do jovem de 18-24 anos na PEA (População Economicamente Ativa) e na Inatividade. Em relação a PEA podemos verificar que 11% são brancos e 89% dos jovens que estão na PEA são negros. Enquanto para os inativos, informa que, 16,1% são brancos, e 83,9% são negros.

TABELA 7 → 2000 – 2001 RMS
Taxas de participação e de inatividade do jovem por cor

	% linha	Branca	Negra	Outras	Total
	% coluna				Linha
PEA		11,0	89,0	0,0	74,9
		67,0	76,0	71,4	
Inativos		16,1	83,9	0,0	25,1
		33,0	24,0	28,6	
Total					
	Coluna	12,3	87,7	0,0	100,0

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

⁵ Para efeito de explicação, a PEA é composta por ocupados e desempregados. Já os inativos são as pessoas que não estão ocupadas, nem estão procurando emprego, sendo composto principalmente por crianças e idosos.

Em conformidade com a cor, vê-se na Tabela 7 que entre os brancos 67% estão na PEA e 33% são inativos. Para os negros, tem-se que 76% estão na PEA e 24% são inativos. Observando os totais explícitos na Tabela vê-se que 74,9% dos jovens fazem parte da PEA, e 25,1% estão na inatividade. Enquanto que o percentual do total de participação evidencia que 12,3% dos jovens brancos, e 87,7% dos jovens negros fazem parte da PEA.

3.3 ESCOLARIDADE DO JOVEM OCUPADO NA RMS

A Escolaridade pode inserir o jovem no mercado de trabalho, da mesma forma que pode excluir, pois em determinadas funções exige-se certo nível de instrução, elevado, que restringe a entrada de pessoas com nível de escolaridade inferior, porém esta função pode sofrer alterações na própria legislação, ou na essência que podem modificar a exigência de escolaridade, sentiu-se isso nas várias alterações que diversas profissões tiveram com o tempo e as mudanças tecnológicas. A profissão inicial deste processo, a de Professor, há alguns anos atrás não tinha exigência de 3º grau completo, agora já está passando a ter em diversos lugares. Pode-se analisar os jovens ocupados do ponto da vista da escolaridade em relação ao sexo na Tabela 8

TABELA 8 → 2000 – 2001 RMS

Escolaridade dos jovens ocupados por sexo

	% linha	Masculino	Feminino	Total
	% coluna			Linha
Analfabeto e s/ escolaridade		67,2	32,8	
		1,5	0,9	1,2
1º grau incompleto		61,1	38,9	
		37,0	28,0	32,9
1º grau completo		58,7	41,3	
		27,0	22,7	25,0
2º grau completo		45,8	54,2	
		34,4	48,4	40,8
Total				
	Coluna	54,3	45,7	100,0

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

Observa-se na Tabela 8, que 67,2% dos analfabetos e sem escolaridade são jovens do sexo masculino, 61,1% dos que têm 1º grau incompleto são do sexo masculino, dos que tem 2º grau completo, 45,8% são do sexo masculino. Vê-se que 54,2% dos jovens que têm 2º grau completo são do sexo feminino, o que mostra que a quantidade de mulheres que conseguem completar o 2º grau é maior do que a de homens, que é de 45,8%. Analisando do ponto de vista do sexo, pode-se verificar que a maior parte dos homens se enquadra na escolaridade de 1º grau incompleto, perfazendo um total de 37% destes. As mulheres estão se enquadrando mais na escolaridade de 2º grau completo, com 48,4% destas. Portanto estes dados da Tabela 8 mostram que a escolaridade dos jovens do sexo feminino é melhor do que a dos jovens do sexo masculino.

A comparação da escolaridade dos jovens ocupados de acordo com a cor é feita na Tabela 9 abaixo. Esta mostra que dos analfabetos e sem escolaridade apenas 4,6% são brancos, os outros 95,4% são negros, e que 0,4% dos brancos e 1,3% dos negros fazem parte deste grau de escolaridade. Vê-se também na Tabela 9 que a maioria dos jovens brancos tem 2º grau completo, perfazendo 69,1%. Os negros têm na maioria 2º grau completo, abrangendo 36,8%, mas possuem 1º grau incompleto em um número significativo de 35,5%.

TABELA 9 → 2000 – 2001 **RMS**
Escolaridade dos jovens ocupados por cor

	% linha	Branca	Negra	Outras	Total
	% coluna				Linha
Analfabeto e s/ escolaridade	4,6	95,4			
	0,4	1,3			1,2
1º grau incompleto	5,7	94,2	0,1		
	15,0	35,5	100,0		32,9
1º grau completo	7,7	92,3			
	15,5	26,4			25,0
2º grau completo	21,2	78,8			
	69,1	36,8			40,8
Total					

	Coluna	12,5	87,4	0,0	100,0
--	--------	------	------	-----	-------

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

Portanto tem-se evidenciado que a escolaridade do jovem branco é em sua maioria mais avançada que a do jovem negro, pois 69,1% dos jovens brancos têm 2º grau completo, e 36,8% dos jovens negros possuem esta escolaridade. Este é um fator diferencial para o mercado de trabalho.

3.4 ESCOLARIDADE DO JOVEM DESEMPREGADO NA RMS

Como é de se esperar a escolaridade da maioria dos jovens desempregados é baixa, pois o mercado de trabalho está cada vez mais exigindo melhores níveis de escolaridade. A Tabela 10 mostra a escolaridade dos jovens desempregados de acordo com o sexo. Observa-se nesta que 61,1% dos desempregados que são analfabetos e sem escolaridade são homens, sendo que 1,2% dos homens tem essa escolaridade, enquanto que para as mulheres tem-se 0,7% destas são analfabetas e sem escolaridade. Analisando os jovens desempregados do sexo masculino, observa-se que a maioria destes (44%) tem o 1º grau incompleto, os do sexo feminino tem a maioria (41,9%) 2º grau completo.

TABELA 10 → 2000 – 2001 RMS
Escolaridade dos jovens desempregados por sexo

	% linha	Masculino	Feminino	Total
	% coluna			Linha
Analfabeto e s/ escolaridade		61,1	38,9	
		1,2	0,7	0,9
1º grau incompleto		59,9	40,1	
		44,0	26,1	34,5
1º grau completo		45,5	54,5	
		29,6	31,3	30,5
2º grau completo		34,7	65,3	
		25,2	41,9	34,1
	Total			
	Coluna	47,0	53,0	100,0

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

A escolaridade dos jovens desempregados em conformidade com a cor é evidenciada na Tabela 11. Pode-se verificar que dos analfabetos e sem escolaridade 94,4% são negros, sendo apenas 5,6% destes, brancos. Nota-se ainda que, 59,6% dos jovens desempregados brancos têm 2º grau completo, e 31,6% dos jovens negros têm esta escolaridade. A maioria dos jovens desempregados negros tem a escolaridade de 1º grau incompleto, perfazendo 36,1%, e a maioria dos jovens brancos, 59,6%, têm 2º grau completo.

TABELA 11 → 2000 – 2001 RMS
Escolaridade dos jovens desempregados por cor

	% linha	Branca	Negra	Outras	Total
	% coluna				Linha
Analfabeto e s/ escolaridade		5,6	94,4		
		0,6	1,0		0,9
1º grau incompleto		4,7	95,3		
		18,5	36,1		34,5
1º grau completo		6,1	93,8	0,0	
		21,3	31,4	100,0	30,5
2º grau completo		15,3	84,7		
		59,6	31,6		34,1
	Total				
	Coluna	8,8	91,2	0,0	100,0

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

Evidenciando, de acordo com os percentuais de cada raça, que a escolaridade da maioria dos jovens desempregados brancos é maior que a da maioria dos jovens desempregados negros, pois a maioria dos brancos tem 2º grau completo, enquanto que a maioria dos negros tem 1º grau incompleto.

3.5 FORMAS DE SOBREVIVÊNCIA DO JOVEM DESEMPREGADO NA RMS.

A sobrevivência é um fator essencial para a continuação da vida do ser humano. Para tanto, necessita-se trabalhar para poder sustentar-se e sustentar a família. Porém, no caso dos jovens desempregados da RMS, a sobrevivência pode se dar de várias formas, tais quais: ajuda de parente, outro familiar

trabalha, FGTS, seguro desemprego, aposentadoria e pensão, por meio trabalho irregular, e outros.

3.5.1 Formas de Sobrevivência do Jovem Segundo o Sexo

A diferenciação dos sexos é evidente em todos os setores, inclusive no mercado de trabalho, onde ainda observa-se discriminação em determinadas funções com relação à mulher, que muitas vezes, mesmo exercendo os mesmos trabalhos dos homens termina recebendo uma remuneração menor. Isto se deve ao fato de que esta até tempos recentes, não trabalhava, após ter sido dependente do pai casava-se, e tornava-se dependente do marido, para cuidar do lar e das crianças. Porém esta se emancipou, e vem cada vez mais tomando os lugares dos homens.

A tabela 12 mostra a forma de sobrevivência do jovem comparando o sexo com o meio ajuda de parente. Observa-se nesta que 51,3% dos jovens do sexo masculino sobrevivem através de ajuda de parente, enquanto que para o sexo feminino o percentual é de 50,2%. Segundo a interpretação dos jovens que sobrevivem por meio de ajuda de parente, a Tabela 12 mostra que 47,5% são do sexo masculino e 52,5% são do sexo feminino. O percentual de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos que utiliza para sobrevivência a ajuda de parente é de 50,7%, sendo um percentual considerável.

TABELA 12 → 2000 – 2001 RMS
Formas de sobrevivência do jovem - Sexo por meio ajuda de parente

	% linha	Sim	Não	Total
	% coluna			Linha
Masculino		51,3	48,7	

		47,5	46,4	47,0
Feminino		50,2	49,8	
		52,5	53,6	53,0
	Total			
	Coluna	50,7	49,3	100,0

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

A forma de sobrevivência do jovem comparando o sexo com o meio outro familiar trabalha é evidenciada na Tabela 13. Verifica-se nesta que 63,5% dos jovens do sexo masculino sobrevivem por meio de dependência de outro familiar que trabalha, enquanto que 72,6% dos jovens do sexo feminino sobrevivem desta forma.

TABELA 13 → 2000 – 2001 RMS

Formas de sobrevivência do jovem - Sexo por meio outro familiar trabalha

	% linha	Sim	Não	Total
	% coluna			Linha
Masculino		63,5	36,5	
		43,6	54,2	47,0
Feminino		72,6	27,4	
		56,4	45,8	53,0
	Total			
	Coluna	68,3	31,7	100,0

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

Ainda analisando a Tabela acima, esta mostra que 68,3% dos jovens desempregados utilizam como meio de sobrevivência outro familiar trabalha. Sendo que dos jovens do sexo masculino 47% sobrevivem desta forma, enquanto que dos jovens do sexo feminino 53%. Analisando do ponto de vista do meio de sobrevivência vê-se que dos jovens que sobrevivem por meio de outro familiar trabalha, 43,6% são do sexo masculino, enquanto que 56,4% são do sexo feminino.

TABELA 14 → 2000 – 2001 RMS

Formas de sobrevivência do jovem - Sexo por meio FGTS

	% linha	SIM	NÃO	Total
	% coluna			Linha

MASCULINO		0,7	99,3	
		61,4	46,9	47,0
FEMININO		0,4	99,6	
		38,6	53,1	53,0
	Total			
	Coluna	0,6	99,4	100,0

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

O FGTS é utilizado por muitos para a compra da 1ª casa, para fins de saúde, mas também é utilizado como forma de sobrevivência enquanto passa-se por uma situação de desemprego. A Tabela 14 trata a respeito da sobrevivência do jovem de acordo com o sexo utilizando o meio FGTS. O percentual de jovens do sexo masculino que sobrevive utilizando o FGTS, de acordo com a Tabela acima é de 0,7%, e do sexo feminino é 0,4%. Dos jovens que sobrevivem por meio FGTS 47% são do sexo masculino, e 53% são do sexo feminino.

A forma de sobrevivência do jovem de acordo com o sexo utilizando o meio seguro desemprego é mostrada na Tabela 15. Vê-se que o percentual de jovens que se utiliza deste meio para sobreviver é de 1,2% e que destes 68,1% são do sexo masculino e 31,9% são do sexo feminino. Os jovens que utilizam este meio de sobrevivência, perfazem 1,8% do sexo masculino e 0,7% do sexo feminino.

TABELA 15 → 2000 – 2001

RMS

Formas de sobrevivência do jovem - Sexo por meio seguro desemprego

	% linha	Sim	Não	Total
	% coluna			Linha
Masculino		1,8	98,2	
		68,1	46,7	47,0
Feminino		0,7	99,3	
		31,9	53,3	53,0
	Total			
	Coluna	1,2	98,8	100,0

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

A forma de sobrevivência por meio aposentadoria e pensão, como era de se esperar é mínima, pois os jovens que sobrevivem por meio de aposentadoria são os que sofrem algum acidente e se inutilizam, ou os que têm alguma doença que os impossibilita de trabalhar. A Tabela 16 evidencia que entre os jovens do sexo masculino 0,2% utiliza a aposentadoria e pensão para sobreviver, sendo um pequeno número também para os do sexo feminino, 0,4%. Os jovens que utilizam a aposentadoria e pensão para sobreviver perfazem um total de apenas 0,3%. Portanto 99,7% dos jovens utilizam outro meio que não a aposentadoria e pensão para sobreviver.

TABELA 16 → 2000 – 2001 RMS
Formas de sobrevivência do jovem - Sexo por meio aposentadoria, pensão

	% linha	Sim	Não	Total
	% coluna			Linha
Masculino		0,2	99,8	
		34,6	47,0	47,0
Feminino		0,4	99,6	
		65,4	53,0	53,0
	Total			
	Coluna	0,3	99,7	100,0

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

3.5.2 Formas de Sobrevivência do Jovem Segundo a Cor

A cor é um fator de diferenciação para o mercado de trabalho, sendo muitas vezes um fator discriminatório. A discriminação racial ainda ocorre em relação ao negro, em decorrência de aspectos históricos, associados ao processo de escravatura das sociedades coloniais, porém este não é o único fator, tem-se outros, como o nível de escolaridade, nível de renda, etc.

Analisar-se-á na Tabela 17 a sobrevivência do jovem relacionando a cor com o meio ajuda de parente.

TABELA 17 → 2000 – 2001 RMS

Formas de sobrevivência do jovem - Cor por meio ajuda de parente

	% linha	Sim	Não	Total
	% coluna			Linha
Branca		47,9	52,1	
		8,3	9,3	8,8
Negra		51,0	49,0	
		91,7	90,7	91,2
Outras		100,0		1,0
		0,0		0,0
	Total			
	Coluna	50,7	49,3	100,0

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

Observa-se na Tabela 17, que 47,9% dos brancos utilizam a ajuda de parente para sobreviver, enquanto que para os negros este percentual é de 51%. Nas outras cores este número é de 100%. Entre os jovens que utilizam a ajuda de parente, 8,3% são brancos, e 91,7% são negros. Os jovens de 18 a 24 anos que utilizam a ajuda de parente para sobreviver são 50,7%.

A forma de sobrevivência do jovem pelo meio outro familiar trabalha de acordo com a cor está mostrada na Tabela 18 acima. Esta evidencia que 72,3% dos brancos e 68% dos negros se utilizam para sobreviver do meio outro familiar trabalha. Enquanto, os que utilizam deste meio para sobreviver, apenas 9,3% são brancos, e 90,7% são negros. Perfazendo um percentual de 68,3% dos jovens.

TABELA 18 → 2000 – 2001**RMS**

Formas de sobrevivência do jovem - Cor por meio outro familiar trabalha

	% linha	Sim	Não	Total
	% coluna			Linha
Branca		72,3	27,7	
		9,3	7,7	8,8
Negra		68,0	32,0	
		90,7	92,3	91,2
Outras			100,0	1,0
			0,0	0,0
	Total			
	Coluna	68,3	31,7	100,0

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

A forma de sobrevivência dos jovens do ponto de vista da cor utilizando o FGTS está na Tabela 19. É evidenciado que 0,4% dos jovens brancos, e 0,6% dos jovens negros sobrevive por meio FGTS, enquanto que dos jovens que utilizam este meio para sobreviver 6,8% são brancos e 93,2% são negros. Nota-se que 0,6% dos jovens entre 18 e 24 anos da RMS utilizam o FGTS como forma de sobrevivência em situação de desemprego.

TABELA 19 → 2000 – 2001 RMS
Formas de sobrevivência do jovem - Cor por meio FGTS

	% linha	Sim	Não	Total
	% coluna			Linha
Branca		0,4	99,6	
		6,8	8,8	8,8
Negra		0,6	99,4	
		93,2	91,2	91,2
Outras			100,0	1,0
			0,0	0,0
	Total			
	Coluna	0,6	99,4	100,0

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

A relação entre a forma de sobrevivência do jovem através do seguro desemprego e a cor é feita na Tabela 20. Vê-se que 1,3% dos jovens brancos e 1,2% dos jovens negros sobrevive por seguro desemprego, e dos jovens que sobrevivem por seguro desemprego 90,4% são negros. Apenas 1,2% dos jovens utiliza este meio para sobreviver. Têm esse número baixo, dentre vários outros motivos, o fato de o seguro desemprego no Brasil ter uma pequena duração, que varia de 3 a 5 meses, a depender da duração no emprego regularizado, com carteira assinada.

TABELA 20 → 2000 – 2001 RMS
Formas de sobrevivência do jovem - Cor por meio seguro desemprego

	% linha	Sim	Não	Total
	% coluna			Linha

Branca		1,3	98,7	
		9,6	8,8	8,8
Negra		1,2	98,8	
		90,4	91,2	91,2
Outras			100,0	1,0
			0,0	0,0
	Total			
	Coluna	1,2	98,8	100,0

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

A Tabela 21 mostra a forma de sobrevivência do jovem por aposentadoria e pensão de acordo com a cor. Evidencia-se nesta Tabela que apenas 0,3% dos jovens sobrevivem utilizando a aposentadoria e pensão. Destes 11,5% são brancos, e 88,5% são negros.

TABELA 21 → 2000 – 2001 RMS
Formas de sobrevivência do jovem - Cor por meio aposentadoria, pensão

	% linha	Sim	Não	Total
	% coluna			Linha
Branca		0,4	99,6	
		11,5	8,8	8,8
Negra		0,3	99,7	
		88,5	91,2	91,2
Outras			100,0	1,0
			0,0	0,0
	Total			
	Coluna	0,3	99,7	100,0

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

3.5.3 Formas de Sobrevivência do Jovem Segundo a Instrução

O nível de escolaridade é um fator de extrema importância para a inserção no mercado de trabalho. Para os jovens isto engendra o início de sua carreira já que por não ter experiência profissional, um dos principais fatores a ser avaliado para a contratação, para a entrada no mercado é o grau de instrução, o qual varia de acordo com a exigência e com a necessidade da função a ser exercida.

A verificação utilizando a forma de sobrevivência por meio ajuda de parente de acordo com a instrução do jovem é feita na Tabela 22. Esta evidencia 62,5% dos analfabetos e sem escolaridade , 52,6% dos jovens com 1º grau incompleto, 50,1% dos jovens com 1º grau completo, e 49% dos jovens com 2º grau completo sobrevivem por meio ajuda de parente.

TABELA 22 → 2000 – 2001 RMS
Formas de sobrevivência do jovem – Instrução por meio ajuda de parente

	% linha	Sim	Não	Total
	% coluna			Linha
Analfabeto e s/ escolaridade		62,5	37,5	
		1,2	0,7	0,9
1º grau incompleto		52,6	47,4	
		35,8	33,2	34,5
1º grau completo		50,1	49,9	
		30,1	30,9	30,5
2º grau completo		49,0	51,0	
		32,9	35,2	34,1
	Total			
	Coluna	50,7	49,3	100,0

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

A Tabela 23 trata a respeito de um outro fator a ser considerado com relação à forma de sobrevivência do jovem de 18 a 24 anos baseada no nível de escolaridade e no meio outro familiar trabalha. 50% dos jovens analfabetos, 61,5% dos jovens com 1º grau incompleto, 70,7% dos jovens com 1º grau completo e 73,7% dos jovens com 2º grau completo sobrevive com a ajuda de outro familiar que trabalha.

TABELA 23 → 2000 – 2001 RMS
Formas de sobrevivência do jovem - Instrução por meio outro familiar trabalha

	% linha	Sim	Não	Total
	% coluna			Linha
Analfabeto e s/ escolaridade		50,0	50,0	
		0,7	1,5	0,9

1º grau incompleto		61,5	38,5	
		31,1	42,0	34,5
1º grau completo		70,7	29,3	
		31,5	28,2	30,5
2º grau completo		73,7	26,3	
		36,7	28,3	34,1
	Total			
	Coluna	68,3	31,7	100,0

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

Sendo evidenciado na Tabela acima que o fator outro familiar trabalha é muito importante para a sobrevivência do jovem desempregado, pois 68,3% destes utilizam este meio com forma de sobrevivência.

A forma de sobrevivência do jovem segundo a ótica da instrução em relação ao meio FGTS está analisada na Tabela 24. Segue-se nesta, que os jovens analfabetos e sem escolaridade não utilizam o FGTS como meio de sobrevivência, enquanto que 0,5% dos jovens com 1º grau incompleto, 0,3% com 1º grau completo e 0,9% com 2º grau completo utilizam o FGTS para sobrevivência. Analisando-se pelo ponto de vista dos jovens que utilizam o FGTS para sobrevivência, tem-se que 29,5% com 1º grau incompleto, 18,2% com 1º grau incompleto e 52,3% com 2º grau completo utilizam o FGTS para sobrevivência. Os jovens que utilizam o FGTS para sobreviver perfazem um total de 0,6% , sendo, portanto, uma pequena parte dos jovens que se atêm a este meio para sobreviver.

TABELA 24 → 2000 – 2001 RMS
Formas de sobrevivência do jovem - Instrução por meio FGTS

	% linha	Sim	Não	Total
	% coluna			Linha
Analfabeto e s/ escolaridade			100,0	
			0,9	0,9
1º grau incompleto		0,5	99,5	
		29,5	34,5	34,5
1º grau completo		0,3	99,7	
		18,2	30,6	30,5
2º grau completo		0,9	99,1	

		52,3	34,0	34,1
	Total			
	Coluna	0,6	99,4	100,0

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

A Tabela 25 mostra a forma de sobrevivência do jovem, via seguro desemprego, de acordo com a instrução. Informando-nos que os analfabetos e sem escolaridade não sobrevivem por este meio, enquanto 0,8% dos jovens que possuem 1º grau incompleto utiliza o FGTS para sobreviver, 1% dos com 1º grau completo e 1,9% dos com 2º grau completo. Apenas 1,2% dos jovens entre 18 e 24 anos utiliza o seguro desemprego para sobreviver.

TABELA 25 → 2000 – 2001 RMS
Formas de sobrevivência do jovem - Instrução por meio seguro desemprego

	% linha	Sim	Não	Total
	% coluna			Linha
Analfabeto e s/ escolaridade			100,0	
			0,9	0,9
1º grau incompleto	0,8		99,2	
	21,3		34,7	34,5
1º grau completo	1,0		99,0	
	25,5		30,6	30,5
2º grau completo	1,9		98,1	
	53,2		33,8	34,1
	Total			
	Coluna	1,2	98,8	100,0

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

Pode-se analisar a Tabela 25 pela ótica do jovem que utiliza como forma de sobrevivência o seguro desemprego. Destes 21,3% tem 1º grau incompleto, 25,5% tem 1º grau completo, 53,2% tem 2º grau completo. Além disso, comprovamos nesta Tabela os percentuais de escolaridade dos jovens de 18 a 24 anos da RMS, quais sejam: 0,9% é analfabeto, 34,5% tem 1º grau incompleto, 30,5% tem 1º grau completo e 34,1% tem 2º grau completo.

A forma de sobrevivência do jovem via meio aposentadoria e pensão é analisada de acordo com a instrução na Tabela 26. O percentual de jovens que

utilizam este meio é muito pequeno, perfazendo um total de 0,3%, sendo 0,3% com 1º grau incompleto, 0,3% com 1º grau completo e 0,5% com 2º grau completo.

TABELA 26 → 2000 – 2001 RMS
Formas de sobrevivência do jovem - Instrução por meio aposentadoria, pensão

	% linha	Sim	Não	Total
	% coluna			Linha
Analfabeto e s/ escolaridade			100,0	
			0,9	0,9
1º grau incompleto		0,3	99,7	
		30,8	34,5	34,5
1º grau completo		0,3	99,7	
		23,1	30,5	30,5
2º grau completo		0,5	99,5	
		46,2	34,0	34,1
	Total			
	Coluna	0,3	99,7	100,0

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

Observando os percentuais da Tabela 26 de acordo com os jovens que utilizam este meio para sobreviver, vê que 30,8% têm 1º grau incompleto, 23,1% têm 1º grau completo, 46,2% têm 2º grau completo.

3.5.4 Forma de Sobrevivência do Jovem por Meio Trabalho Irregular

O mercado de trabalho é composto pelos setores formal e informal, o formal é o meio de trabalho regular, pois é regulamentado por leis trabalhistas, o informal é o meio de trabalho irregular, pois não segue leis. Esta seção pretende constatar os percentuais dos jovens que utilizam o meio de trabalho irregular para sobreviver, ou seja os jovens que sobrevivem através do mercado de trabalho informal, sem estarem regulamentados de acordo com as

leis trabalhistas, sem terem direito ao FGTS, seguro desemprego, e outras garantias asseguradas por lei.

A Tabela 27 trata a respeito da forma de sobrevivência do jovem de 18 a 24 anos por meio trabalho irregular, analisando do ponto de vista do sexo. Verifica-se nesta que 31,5% dos jovens do sexo masculino, 14,6% dos jovens do sexo feminino utilizam o trabalho irregular para sobreviver. E dos jovens que utilizam-no para sobrevivência 65,7% são do sexo masculino, e 34,3% são do sexo feminino. O percentual dos jovens que sobrevivem, quando desempregados, por meio trabalho irregular é de 22,6%.

TABELA 27 → 2000 – 2001 RMS

Formas de sobrevivência do jovem - Sexo por meio trabalho irregular

	% linha	Sim	Não	Total
	% coluna			Linha
Masculino		31,5	68,5	
		65,7	41,5	47,0
Feminino		14,6	85,4	
		34,3	58,5	53,0
Total				
	Coluna	22,6	77,4	100,0

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

Analisando de acordo com a cor, a forma de sobrevivência do jovem por meio trabalho irregular da RMS na Tabela 28 evidencia que 14,8% dos jovens de cor branca, e 23,3% dos jovens de cor negra sobrevivem por meio trabalho irregular. O percentual do ponto de vista da sobrevivência em relação à cor está da seguinte forma: de 5,8% dos jovens que sobrevivem por meio trabalho irregular são de cor branca, e 94,2% de cor negra. Vê-se que 22,6% dos jovens da RMS utilizam como forma de sobrevivência o meio de trabalho irregular.

TABELA 28 → 2000 – 2001 RMS

Formas de sobrevivência do jovem - Cor por meio trabalho irregular

	% linha	Sim	Não	Total
	% coluna			Linha

Branca		14,8	85,2	
		5,8	9,6	8,8
Negra		23,3	76,7	
		94,2	90,3	91,2
Outras			100,0	1,0
			0,0	0,0
	Total			
	Coluna	22,6	77,4	100,0

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

Um outro fator de análise é a instrução, com o qual é verificada a forma de sobrevivência por meio trabalho irregular na Tabela 29.

TABELA 29 → 2000 – 2001

RMS

Formas de sobrevivência do jovem - Instrução por meio trabalho irregular

	% linha	Sim	Não	Total
	% coluna			Linha
Analfabeto e s/ escolaridade		37,5	62,5	
		1,6	0,8	0,9
1º grau incompleto		33,2	66,8	
		50,7	29,8	34,5
1º grau completo		19,5	80,5	
		26,3	31,7	30,5
2º grau completo		14,2	85,8	
		21,5	37,7	34,1
	Total			
	Coluna	22,6	77,4	100,0

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

Vê-se na Tabela 29 que 37,5% dos jovens analfabetos, 33,2% dos jovens que possuem 1º grau incompleto, 19,5% dos que possuem 1º grau completo, e 14,2% dos que possuem 2º grau completo sobrevivem por meio trabalho irregular. Sendo que, dentre os jovens que utilizam o trabalho irregular para sobreviver, os seguintes percentuais são mostrados: 1,6% dos jovens é analfabeto e sem escolaridade, 50,7% tem 1º incompleto, 26,3% tem 1º grau completo e 21,5% tem 2º grau completo.

3.6 POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DOS JOVENS NA RMS

A posição na ocupação dos jovens na RMS pode ser verificada de acordo com os principais tipos de ocupação, tais quais: assalariado, autônomo, empregador, empregado doméstico, trabalhador familiar, dono negócio familiar, e outros.

A posição na ocupação do jovem entre 18 e 24 anos no período 2000-2001 está relacionada na Tabela 30, da seguinte forma: 67,3% destes são assalariados, 14,6% autônomos, 0,8% empregadores, 15,1% domésticos, 1,4% trabalhadores familiares, 0,2% donos de negócios familiares.

TABELA 30 → 2000 – 2001

Posição na ocupação dos jovens na RMS

Posição	Percentual	Percentual
		Cumulativo
Assalariado	67,3	67,3
Autônomo	14,6	81,9
Empregador	0,8	82,8
Doméstica	15,1	97,9
Trabalhador familiar	1,4	99,2
Outros	0,5	99,8
Dono de negócio familiar	0,2	100,0
Total	100,0	

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

Verifica-se através dos dados da Tabela 30 que a maioria dos jovens da RMS são assalariados, mas o percentual de jovens que estão exercendo funções não assalariadas é considerável, sendo de 32,7%. Comparando os assalariados com os autônomos vê-se que 67,3% são assalariados, enquanto 14,6% autônomos. Verifica-se que os assalariados e os autônomos juntos totalizam 81,9% dos jovens, ficando clara a importância destes para a posição ocupacional do jovem da RMS no período 2000-2001.

Analisando a Posição na Ocupação dos Jovens na RMS de forma mais detalhada, vemos na Tabela 31 os objetos desta pesquisa com os percentuais especificados. Os assalariados dividem-se em: privados com carteira assinada,

que perfazem um total de 36,3%; assalariados privados sem carteira assinada que totalizam 24,2% dos jovens de 18 a 24 anos; e os assalariados públicos estão em menor número, perfazendo 6,8%. Verifica-se que dentre os assalariados, os que estão em maior percentual são os que possuem carteira assinada, são regulamentados por leis trabalhistas, perfazendo 36,3%. Verificaremos a outra colocação profissional fundamental da pesquisa que são os autônomos. Destes 10,3% são autônomos públicos, enquanto que 4,3% são autônomos que atuam como empresa, que são do setor privado, sendo o total de jovens autônomos 14,6%.⁶

TABELA 31 → 2000 – 2001 RMS
Posição na ocupação dos jovens na RMS por tipo

Posição	Percentual	Percentual
		Cumulativo
Assalariado privado c/ carteira	36,3	36,3
Assalariado privado s/ carteira	24,2	60,5
Assalariado público	6,8	67,3
Assalariado não sabe	0,0	67,3
Autônomo público	10,3	77,6
Autônomo empresa	4,3	81,9
Empregador	0,8	82,8
Domésticos mensais	14,5	97,3
Domésticos diários	0,6	97,9
Trabalhador familiar	1,4	99,2
Outros	0,5	99,8
Dono negócio familiar	0,2	100,0
Total	100,0	

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego de Salvador.

Observando os percentuais das subseqüentes colocações, tem-se que o percentual de jovens empregadores é de 0,8%, muito baixo, já o de trabalhadores domésticos mensais é de 14,5% e o de trabalhadores domésticos diários é 0,6%, perfazem 15,1% os trabalhadores domésticos, percentual considerado relevante, que está relacionado ao nível de escolaridade do jovem

⁶ Autônomo público é formado pelos autônomos que trabalham direto ao público. Já autônomo empresa é composto por autônomos que trabalham para empresas, quando estas terceirizam seus serviços.

baixo, principalmente dos negros, já que este tipo de ocupação não exige nível de escolaridade básico de 2º grau que tem o percentual de 40,8%, minoria, pois os jovens que possuem o nível de escolaridade até o 1º grau completo totalizam 59,1% destes.⁷

4 CONCLUSÃO

Com o advento de novas tecnologias e a robotização da 3ª Revolução Industrial, nota-se uma diminuição dos empregos formais, e uma modificação nos tipos de empregabilidade, exigindo cada vez mais dos trabalhadores, que têm de saber de tudo um pouco, não mais se especializar em apenas uma área. Isto fez aumentar o número de terceirizações, de acordo com o principal fator capitalista que é o lucro, para que as empresas pudessem passar para outras o trabalho que teriam em certa atividade, com o intuito de se dedicar a atividades mais lucrativas. O aumento das terceirizações fez aumentar o setor informal, pois estas são feitas através do contrato com outras firmas ou com trabalhadores autônomos. Estes fazem parte do setor informal, pois não tem registro, e quanto às firmas terceirizadas, nem sempre seguiam as leis trabalhistas para regulamentar os seus funcionários, aumentando, portanto a informalidade.

As mudanças macroeconômicas que vêm ocorrendo desde o início da década de 90, impuseram grandes transformações às políticas generalizadas das empresas diante da necessária adaptação à abertura comercial e ao subsequente aumento da competição. O processo de reestruturação produtiva, caracterizado basicamente pelas inovações tecnológicas e pela reestruturação organizacional, alterou profundamente o mercado de trabalho brasileiro

⁷ Os dados em relação à escolaridade estão na Tabela 9, pág. 34 desta seção.

reduzindo as condições de empregabilidade, o que implicou na redução de qualidade de vida da família do trabalhador. Isto levou mais pessoas da família a procurar emprego, aumentando o contingente de desempregados, que para assegurar a sobrevivência dos seus familiares aderem ao mercado informal, muitas vezes qualificado como um subemprego, pois o mercado formal não consegue suprir toda a demanda por emprego. Assim, as atividades ligadas à informalidade estão entre as formas utilizadas pelos jovens para sobreviver, já que o mercado formal não consegue suprir toda a demanda por emprego.

Observa-se que um outro fator causador de aumento da informalidade é o êxodo rural. Devido as grandes secas ocorridas na Bahia, foram criadas leis protecionistas para os trabalhadores rurais, o que diminuiu consideravelmente o número de pessoas empregadas no campo, pois os empregadores rurais tiveram de arcar com os encargos trabalhistas, e para diminuí-los optaram por fazer demissões, que muitas vezes ocorreram em massa. Isto fez os empregados rurais se deslocarem para as cidades grandes em busca de conseguirem emprego para o sustento de suas famílias, mas o mercado formal não tinha postos de trabalho suficientes para absorver essa mão-de-obra, muitas vezes desqualificada, provocando um aumento do mercado de trabalho informal.

A informalidade, embora sirva como sustentação de famílias, provoca algumas conseqüências negativas para a economia e para os próprios trabalhadores. Para a economia, tem-se como principais efeitos: a menor arrecadação do INSS, e o contingente enorme de pessoas sem registro que irá pressionar as contas previdenciárias no futuro. Para os trabalhadores, a informalidade mostra-se como uma opção de sobrevivência, mas a falta de carteira assinada pode provocar dificuldades na comprovação que se trabalha para obtenção de créditos, alugar um imóvel, além da insegurança com relação ao futuro, fatores que são favoráveis em relação ao mercado de trabalho formal. Sendo

um problema dos autônomos em relação aos assalariados o fato de não estarem participando dos ganhos obtidos com as leis trabalhistas.

O mercado de trabalho formal é o mercado regido por leis trabalhistas, com regulamentação laboral e proteção social, especialmente contra as demissões e acidentes de trabalho. Podemos verificar que o aumento do desemprego, a reorganização do trabalho, as demissões e a diminuição da influência dos sindicatos nas firmas formais vêm a reduzir relativamente os ganhos dos assalariados registrados. A expansão das micro-empresas e das pequenas empresas, formais e informais incrementa a demanda pela mão-de-obra sem registro, pois muitas destas utilizam trabalhos terceirizados, como: serviços de informática, de encanamento, que não precisam ser de acordo com as leis trabalhistas, o que favorece aos trabalhadores autônomos, conseqüentemente, ao aumento da informalidade. Porém, os autônomos não têm acesso aos ganhos inclusos nas leis trabalhistas, tais quais seguro desemprego, aviso prévio, proporcional de férias, proporcional de gratificação de Natal, recebimento de PIS/PASEP e FGTS, e em geral não recebe remunerações correspondentes às horas extras.

Observou-se na pesquisa que a taxa de desemprego dos jovens da RMS é de 41,2%, evidenciando que o percentual de jovens que estão na faixa etária de 18 a 24 anos desempregados é extremamente alto, um número preocupante que pode evidenciar entre outras problemáticas, a dificuldade enfrentada pelos jovens para conseguir o primeiro emprego, pois esta é a faixa em que muitos estão iniciando a vida profissional.

Analisando as variáveis, viu-se que o desemprego está mais localizado entre os jovens do sexo feminino que do sexo masculino. Porém, há mais mulheres que homens inativos. Pela ótica da cor, há um percentual maior de jovem desempregado negro que branco, e há relativamente mais jovens brancos ocupados do que negros.

Com relação à distribuição dos jovens por nível de escolaridade, observou-se que a maioria dos jovens de 18-24 anos na RMS, no biênio 2000/2001 tem 1º grau incompleto, o que constata a baixa escolaridade dos jovens na RMS, que aliado à falta de experiência, e de qualificação profissional, complica a inserção destes no mercado de trabalho formal.

As formas de sobrevivência mais utilizadas pelos jovens desempregados da RMS são a ajuda de outro familiar que trabalha, principalmente os jovens do sexo feminino, e a ajuda de parente, principalmente os jovens do sexo masculino.

Com relação aos ocupados, observa-se que 67,3% são assalariados, e 14,6% são autônomos. Porém, ao subdividir as ocupações, para que se possa analisar os objetos finais deste trabalho monográfico, vê-se que os assalariados com carteira assinada, que fazem parte do setor formal, perfazem 36,3%, por outro lado, os autônomos, que fazem parte do setor informal, perfazem 14,6%, mostrando que há um percentual menor de jovens autônomos do que de assalariados com carteira assinada na RMS.

Faz-se necessário que seja construída uma política de emprego e renda. Há também que se capacitar os demandantes do sistema para uma perenização dos empregos e rendas gerados. Precisa-se de uma eliminação das exigências desnecessárias dos agentes financeiros para que seja facilitada a obtenção de crédito. Além disso, o governo tem de fazer uma reforma tributária para que sejam diminuídos os encargos dos impostos que fazem com que muitos permaneçam na informalidade para fugir das altas taxas fiscais.

Os jovens são parte importante do desenvolvimento do país, pois estes estão em começo da vida profissional, com possibilidades de ajudar o país a crescer economicamente, assim como colaborar com o sustento das famílias, principalmente dos que são inativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVÊDO, José Sérgio Gabrielli de. Mudanças no padrão de ocupação na RMS. Bahia Análise & Dados, Salvador, v.8, n. 4, p.9-26, mar. 1999.

AZEVÊDO, José Sérgio Gabrielli de. Economia e mercado de trabalho na Bahia e RMS. Bahia Análise & Dados, Salvador, v.10, n. 1, p.49-67, jul.2000.

BAGNASCO, Arnaldo. A economia informal. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 18, n. 2 , p. 13-31, 1997.

BORGES, Ângela. As novas tendências do mercado de trabalho formal. Bahia Análise & Dados, Salvador, v.6, n. 3, p.73-82, dez.1996.

BRAGA, Thaiz Silveira; FERNANDES, Claudia Monteiro. Informalidade e ocupação não-registrada na RMS. Bahia Análise & Dados, Salvador, v.8, n. 4, p.27-35, mar. 1999.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. São Paulo: USP, 1999.

CACCIAMALI, Maria Cristina; JOSÉ-SILVA, Maria de Fátima. Mais Informalidade, menos Cidadania: considerações sobre esse círculo vicioso na América Latina. s.n.t

CUNHA, Silvio Humberto dos Passos. Resolve-me ou te devoro! Uma discussão sobre a falta de braços no Recôncavo Baiano. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 10, n. 1, p. 21-34, jul. 2000.

DEDECCA, Claudio Salvadori; BRANDÃO, Sandra Márcia Chagas. Recessão, emprego e desemprego. Força de Trabalho e Emprego, Salvador, v.10, n. 213, p.11-21, maio/ago. – set./dez. 1993.

DEDECCA, Cláudio Salvadori; BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. Estudos Econômicos, São Paulo, v.27, n. esp., p. 65-84, 1997a.

DEDECCA, Cláudio Salvadori; BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; ROSANDISKI, Eliane. A questão da ocupação urbana no Brasil, nos anos 90. Nova Economia, Belo Horizonte, v.7, n.1, p. 181-201, maio 1997b.

DRUCK, Graça. Reestruturação produtiva e transformação no mercado de trabalho na Bahia e no Brasil. Força de Trabalho e Emprego, Salvador, v.16, n. 1, p.66-85, maio 1999.

FAGUNDES, Maria Emília Marques. Referências teóricas sobre a informalidade. Força de Trabalho e Emprego, Salvador, v.8, n. 1/2, p.15-18, jan./ago. 1991.

FERNANDEZ, José Carrera; Menezes, Wilson F. Discriminação interna aos mercados formal e informal de trabalho da RMS. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 26,1998, Vitória. Anais ... Vitória, 1998. v.1, p.1199-1222.

FILGUEIRAS, Luís. Os impactos do Plano Real sobre a taxa de desemprego na Bahia. Conjuntura & Planejamento, Salvador, n. 27, p. 6-10, ago.1996.

FILGUEIRAS, Luis; BORGES, Ângela. Mercado de trabalho nos anos 90: o caso da RMS. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 5, n. 3, p.30-36, dez. 1995.

FRANCO, Ângela. Mercado de trabalho e qualidade do urbano na Bahia. Bahia Análise & Dados, Salvador, v.4, n. 2/3, p.38-48, dez.1994.

GASPAR, Ricardo Carlos. Trabalho e capital: considerações contemporâneas. Pesquisa & Debate, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 44-66, 2000.

GHIRARDI, André Garcez. Desemprego: as pesquisas podem concordar. Conjuntura & Planejamento, Salvador, n. 45, p. 13-15, fev.1998.

HUGON, Felipe. O setor informal: balanço de 25 anos de trabalho. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 18, n. 2 , p. 32-63, 1997.

IKEDA, Marcelo. “Segregação por Gênero” no mercado formal de trabalho. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 89-106, jun. 2000.

LIMA, Antônio Almeida Blondi. Crise, desemprego e políticas sociais na Bahia. Conjuntura & Planejamento, Salvador, n. 19, p. 14-17, dez. 1995.

MARQUES, Rosa Maria; BATICH, Mariana. Os impactos da evolução recente do mercado de trabalho no financiamento da previdência social. Conjuntura Social, Brasília, v.10, n. 4, p. 122- 136, out./dez. 1999.

MENDONÇA, Letícia Koepfel. O jovem no mercado de trabalho da RMS. Conjuntura & Planejamento, Salvador, n. 68, p. 28-34, jan. 2000.

MENEZES, Wilson F.; FERNANDEZ, José Carrera. Ocupação e informalidade no mercado de trabalho da região metropolitana de Salvador. Conjuntura & Planejamento, Salvador, n. 45, p. 5-12, fev.1998.

MENEZES, Wilson F. A “modernidade” da flexibilidade do trabalho. Força de Trabalho e Emprego, Salvador, v.16, n. 1, p.60-65, maio 1999.

MENEZES, Wilson F. Relações formais e informais de trabalho: em busca de um conceito, Salvador: UFBA/FCE/CME, 2001a. (Textos para discussão, 8).

MENEZES, Wilson F.; FERNANDEZ, José Carrera. A estrutura do mercado de trabalho e da inatividade juvenil da cidade de Salvador. Pesquisa & Debate, São Paulo, v.12, n. 2, 2001b.

PROSERPIO, Renata. Desemprego na Bahia. Conjuntura & Planejamento, Salvador, n. 18, p. 6-7, nov.1995.

SANTOS, Luís Chateaubriand Cavalcante dos. Mercado de trabalho na RMS. Bahia Análise & Dados, Salvador, v.9, n. 3, p.88-91, dez. 1999.

SANTOS, Luis Chateaubriand C. dos. Modernidade e Tradição. Bahia Análise & Dados, Salvador, v.8, n. 2/3, p.46-52, dez.1998.

SCHWARZER, Helmut. Perfis da remuneração média do trabalho por idade, posição na ocupação, gênero e escolaridade no Brasil, 1997, e sua relação com a regra de cálculo do salário de benefício no regime geral de previdência social. Conjuntura Social, Brasília, v.10, n. 4, p. 101- 121, out./dez. 1999.

SERRA, Edelcique Machado. Emprego e renda nas RMS'S e regiões do país. Bahia Análise & Dados, Salvador, v.2, n. 2, p.105-107, set. 1992.

SERRA, Edelcique. A evolução do mercado de trabalho 1987-1992. Bahia Análise & Dados, Salvador, v.2, n. 3, p.103-105, dez. 1992.

SERRA, Edelcique Machado. Evolução do mercado de trabalho e perspectivas para os próximos anos. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 9, n. 3, p.94-102, dez. 1999.

SERRA, Edelcique. Desempenho no mercado de trabalho em 1995. Conjuntura & Planejamento, Salvador, n.23, p. 14-16, abr. 1996.

SILVA, Cleide. Informalidade ainda deve continuar alta, diz Pastore.

Disponível em: <http://www.estado.com.br/editoriais/2000/11/07/eco580.html>

Acesso em: 04 jul. 2001.

S. SOBRINHO, Edson A. Mudanças no mercado de trabalho na RMS. Bahia Análise & Dados, Salvador, v.10, n. 3, p.115-121, dez. 2000.

SOLIMEO, Marcel Domingos. Emprego e informalidade.

Disponível em:

<http://www.jt.estadão.com.br/editoriais/00/10/30/artigos001.html>

Acesso em: 04 jul. 2001.

SUERDIECK, Flávia Santana Rodrigues. Análise do mercado de trabalho formal celetista da RMS em 2001. Conjuntura & Planejamento, Salvador, n. 87, p. 31-39, ago. 2001.

VASCONCELOS, Nilton. O avesso do avesso. Conjuntura & Planejamento, Salvador, n. 60, p. 13-14, maio 1999.

WILLIANS, David. Fora da seguridade social? Os trabalhadores autônomos: previdência social para aqueles que prove em sua própria ocupação. Conjuntura Social, Brasília, v.10, n. 04, p. 137- 165, out./dez. 1999.

ZOCKUN, Maria Helena. Uma medida do tamanho da economia informal no Brasil. Economia Aplicada, São Paulo, v. 3, n.1, p. 139-150, jan. /mar. 1999.